



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-Eixo: Trabalho e formação profissional.

Formação e trabalho das/os assistentes sociais no capitalismo brasileiro contemporâneo

Ivelize Oliveira Ferraz¹

Resumo: Esta comunicação aborda a especificidade do Serviço Social frente ao contexto de intensas transformações no mundo do trabalho, evidenciando que tais mudanças na dinâmica do capitalismo afetam os processos de trabalho e os sujeitos, bem como provocam redefinições no Estado e nas políticas sociais, desencadeando, ainda, novas demandas e desafios ao trabalho e à formação profissional do assistente social. São apresentados, ainda, dados coletados durante uma pesquisa de campo, buscando identificar o perfil profissional dos recém-formados em Serviço Social e compreender quais são as situações vivenciadas no que diz respeito à inserção (ou não) no mercado de trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de trabalho; Formação profissional; Trabalho profissional.

Professional training and work of the social workers in the contemporary Brazilian capitalism

Abstract: This communication addresses the specificity of Social Work in the context of intense changes in the world of work, showing that such changes in the dynamics of capitalism affect the work processes and the subjects, as well as causing redefinitions in the State and in social policies, triggering, still, new demands and challenges to the work and professional training of the social worker. Data collected during a field research are also presented, seeking to identify the professional profile of recent graduates in Social Work and understand what are the situations experienced with regard to the insertion (or not) in the job market of the social worker.

Keywords: Social Work; Labor Market; Professional qualification; Professional work.

Introdução

Elaborada a partir de um capítulo produzido para uma dissertação de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, esta comunicação visa tecer considerações acerca da formação e do trabalho profissional do assistente social na cena contemporânea.

A percepção que se tem da profissão desde a década de 1980, a partir da produção de Iamamoto e Carvalho (2009), afirma que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, tendo como foco de sua atuação as manifestações da questão social, participando do processo de reprodução das relações sociais, nos âmbitos material, concernente à produção, consumo, distribuição e

¹ Assistente social. Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Servidora pública da Prefeitura do Município de São Paulo. E-mail: ivelize.ferraz@gmail.com .

troca de mercadorias, e espiritual, no que diz respeito às formas de consciência social (jurídicas, artísticas, religiosas ou filosóficas). O assistente social se configura enquanto trabalhador assalariado, mediante a venda de sua força de trabalho especializada ao Estado, às empresas ou a outro empregador.

Pode-se afirmar que o Serviço Social, enquanto profissão, busca oferecer respostas qualificadas frente às múltiplas expressões da questão social, tendo como pressuposto que toda profissão existe para atender/responder a determinados interesses e necessidades sociais. Assim, considera-se que toda profissão existe por motivos definidos e que a estes deve responder de alguma forma, constituindo um esforço de cada categoria de trabalhadores, enquanto sujeito coletivo, em elaborar uma projeção do dever ser profissional, que constituirá o chamado projeto profissional.

Toda projeção parte da capacidade teleológica do ser humano, isto é, a capacidade que este tem de antecipar no plano ideal o que se pretende realizar e os meios que serão utilizados para tal. Assim, os projetos profissionais são projetos coletivos, pois envolvem um grupo de pessoas e evidenciam o posicionamento deste perante uma projeção para si mesmo em relação a um projeto societário. Cardoso afirma que um projeto coletivo “será sempre um projeto ético e político, o que envolve [...] a escolha de valores (ético) e a construção de meios para atingir sua finalidade (político)” (CARDOSO, 2013, p. 76).

Desde o final dos anos 1970 “o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras” (BRAZ, 2001, p. 388). Nas palavras de Netto,

este projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1999, p. 104-105).

A década de 1980 correspondeu, nos países de capitalismo avançado, ao período de intensas transformações no mundo do trabalho, decorrentes da própria concorrência intercapitalista e, também, da necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes. A reestruturação produtiva e a política neoliberal são gestadas enquanto respostas

do capital à sua crise estrutural.

Nas palavras de Antunes,

[...] depois de meados dos anos 1970, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário e, em particular, no âmbito do movimento sindical. (2015, p. 227).

O contexto neoliberal é caracterizado por transformações no mundo do trabalho, que afetaram o modo de ser dos trabalhadores, pois atingiram o universo da consciência, da subjetividade e das suas formas de representação.

A política neoliberal faz referência a uma reconfiguração do Estado que deve restringir seus gastos com o social, transferindo ao mercado a responsabilidade do controle sobre a produção, envolvendo as relações de trabalho, e o consumo. Dessa forma,

o discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado [...]: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (IAMAMOTO, 2015, p. 142).

Analisando as transformações e metamorfoses ocorridas nas últimas décadas, Antunes (2009) afirma que o mundo do trabalho viveu um processo múltiplo, em que se pode verificar uma diminuição da classe operária industrial tradicional e, paralelamente, uma significativa subproletarização do trabalho, expressa na heterogeneização, na complexificação e na fragmentação deste, indicando sua precarização.

As transformações no mundo do trabalho não afetam, apenas, a esfera da produção e os operários fabris: elas afetam o conjunto das relações sociais, incluindo, dentre outras especializações do trabalho coletivo, o Serviço Social.

As mudanças na dinâmica do capitalismo afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, bem como provocam redefinições no Estado e nas políticas sociais, desencadeando, ainda, novas demandas e desafios ao trabalho e à formação profissional do assistente social.

Desenvolvimento

Para versar a respeito da formação e do trabalho dos assistentes sociais na cena contemporânea, é necessário demarcar algumas especificidades dos rebatimentos da mundialização do capital para o Serviço Social, pontuado por Iamamoto (2010), que colocam na ordem do dia desafios para a profissão, dentre os quais podem-se citar: a reconfiguração das requisições direcionadas aos assistentes sociais, visto que esse processo compromete as condições de vida, trabalho e expressão política dos trabalhadores a quem se dirige o exercício profissional, e as condições objetivas de formação e trabalho dos assistentes sociais que não estão apartados da lógica de desregulamentação de direitos – entre estes a educação que, apropriada pelo capital, torna-se uma mercadoria, importando a maximização da lucratividade em detrimento da qualidade.

As condições concretas para o exercício profissional, tensionadas pela conjuntura macroeconômica e pelas consequentes alterações no campo da política social, orientam a formação em Serviço Social em determinada direção.

Conforme pontuado por Guerra e Forti apud Moraes,

a formação e a intervenção profissional do assistente social estão marcadas pelos inúmeros dilemas da contemporaneidade, e isso evidencia o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a consequente necessidade de competência dos seus profissionais para enfrentá-la. [...] é imprescindível uma compreensão da realidade social que viabilize uma atuação profissional responsável e consequente. [...] a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista às demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. (2013, p. 18)

Tendo em vista que a consolidação de determinado projeto (neste caso, o projeto ético-político), para além da hegemonia, ocorre a partir da escolha da categoria por essa direção social estratégica no cotidiano do exercício profissional, é fundamental buscar a garantia do perfil profissional pretendido: “crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional” (ABEPSS, 2010, p. 14-15). Destarte, destaca-se a centralidade da formação nesse processo, no sentido de apreensão da unidade teoria e prática e da construção de subsídios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-instrumentais.

De acordo com Yacoub e Ribeiro,

Os vários levantamentos e pesquisas empreendidos nos últimos anos no âmbito da profissão permitem formular tendências nacionais: crescimento acentuado do número de cursos de Serviço Social em universidades ou faculdades privadas, aumentando a oferta de profissionais; o Estado como o maior empregador de Assistentes Sociais e com maior abrangência no segmento municipal; maior incidência destes profissionais atuando na área de saúde, seguida da assistência e dos recursos humanos; maior incorporação de profissionais assistentes sociais durante a década de 1990, com queda relativa e acentuada dos salários e perspectiva de crescimento da atuação no Terceiro Setor. (2007, p. 145).

Behring, ao versar sobre as circunstâncias atuais em que o trabalho profissional é desenvolvido, no âmbito da política social, mostra rebatimentos tanto no que se refere ao espaço físico, quanto no que tange a uma tendência de redefinição do próprio trabalho profissional:

Do ponto de vista físico, há toda sorte de dificuldades, no âmbito da implementação de políticas pobres para os pobres, focalizadas e residuais, considerando o (des)financiamento em curso e a concepção focalista em vigor. Assim, convive-se com salas sem condições de sigilo, móveis antigos, ausência de equipamentos e de condições de registro, falta de manutenção, material de consumo e de investimento em bens de capital e equipamentos. Ao lado disso, tem-se a tendência de redefinição do próprio trabalho profissional, reduzido ao plantão de emergência, à ambulância que tenta salvar as vítimas do ajuste e ao monitoramento da terceirização do trabalho desprofissionalizado, realizado junto aos usuários por ONGs e congêneres. (2009, p. 317).

Nesse contexto, as condições concretas para o trabalho profissional estão crescentemente perpassadas pela ampliação de serviços e demandas, mas sem a correspondente designação de recursos materiais, financeiros e humanos necessários à manutenção da qualidade do que é prestado à população usuária.

Isso acaba impactando nas condições [éticas e técnicas] para o exercício profissional, pois as instituições sociais são mediações fundamentais para a participação do Serviço Social no atendimento das demandas incorporadas pelas políticas sociais. Tem-se, portanto, repercussões para as relações de trabalho dos/as assistentes sociais, como também para o exercício de suas atribuições, o que irá repercutir diretamente nos serviços prestados (CFESS, 2012, p. 19).

Nesse processo, a política social, base de sustentação ocupacional do assistente social, tende a ser significativamente golpeada, requisitando um profissional que se adapte às exigências do mercado. Isto posto, identifica-se em curso uma formação profissional direcionada para a modelação de um perfil diferente daquele sistematizado em 1996 nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

O que esse redirecionamento pretende é mobilizar profissionais que operam o projeto de gestão da pobreza (e não do seu combate ou erradicação) que vem de cima, que o reitera junto a indivíduos e famílias – para as quais se transfere cada vez mais responsabilidades de reprodução e cujo produto é o acesso

‘feliz’ a políticas minimalistas e mediocres, a exemplo das políticas de transferência de renda em curso no Brasil que estão a anos luz de propiciar qualquer processo redistributivo, embora tenham impacto imediato importante na vida das populações pobres, propiciando inclusive bases de legitimidade para o projeto em curso. (BEHRING, 2009, p. 317).

O assistente social é dotado de força de trabalho especializada, conquistada através de formação universitária. Contudo, essa força de trabalho apenas entra em ação quando dispõe de meios e instrumentos de trabalho, os quais não são de propriedade do assistente social, devendo ser colocados à disposição deste por meio de seus empregadores institucionais. Raichelis evidencia que “as implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário” (2011, p. 425).

Ao elucidar a respeito da autonomia profissional no contexto neoliberal, Simões pontua que

a busca permanente da eficiência e diminuição de custos, por meio da racionalização do processo de trabalho, implica uma tensão permanente entre o poder diretivo e os trabalhadores. Porque esse processo implica na exigência de uma força de trabalho igualmente flexível, polivalente, mais qualificada, que deve ter várias preocupações e apta a realizar vários tipos de tarefas, com mais iniciativa pessoal e adaptabilidade, mais capacitação para novas situações, tornando dispensáveis algumas das funções de chefia ou gerência e controles exercidos nos níveis médios auxiliares. (2009, p. 413).

O profissional assistente social é um trabalhador, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário e que está sujeito aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados. Logo, padece com processos de intensificação do trabalho e de polivalência, com a redução e focalização dos programas sociais e benefícios, com as exigências de requalificação da força de trabalho, e com a desregulamentação, a desprofissionalização, a competitividade e o desemprego.

Em que pese uma efetiva ampliação do mercado de trabalho para a categoria nas últimas décadas², os assistentes sociais não estão protegidos do desemprego e do subemprego que atingem a classe trabalhadora:

Pesquisas recentes efetivadas pelo Conselho Federal de Serviço Social

² A Constituição Federal de 1988 contribuiu para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais, em função do incremento à rede socioassistencial, cada vez mais municipalizada, por meio da implantação de importantes serviços/programas de atendimento à população, relacionados à saúde e à assistência social, por exemplo.

(CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) têm revelado as intercorrências desastrosas das transformações societárias no âmbito do Serviço Social, apontando para a perda ou a precarização do espaço profissional – sobretudo para aqueles que procuram seu primeiro emprego, uma vez que uma parcela significativa da categoria anteriormente empregada ainda goza da estabilidade no emprego. (YACOUB; RIBEIRO, 2007, p. 144).

A contrarreforma do Estado brasileiro, ao transferir responsabilidades governamentais para a sociedade civil, incidiu diretamente no mercado de trabalho dos assistentes sociais, reduzindo cargos públicos efetivos e criando empregos precarizados no Terceiro Setor. A informalidade e/ou precariedade do trabalho na categoria também se manifesta por meio do trabalho autônomo – ainda pouco habitual entre os assistentes sociais –, sob a denominação de Assessoria, Consultoria e Prestação de Serviços:

Conforme levantamento efetivado pela 1ª Delegacia Seccional do CRESS-6ª Região, entre abril e dezembro de 2000, verificou-se a existência de 23 profissionais autônomos atuando em Juiz de Fora. Destes, 52,2% trabalhavam apenas como prestadores de serviços (sem qualquer vínculo empregatício) e 47,8% possuíam outro vínculo empregatício – configurando o duplo emprego como alternativa de aumento de renda. Verificou-se também que 39,1% haviam se graduado há no máximo cinco anos, confirmando o rebatimento das metamorfoses do mundo do trabalho no espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais. Estes profissionais, jovens na sua maioria, apesar de perceberem salários até certo ponto compatíveis com os demais empregados no mercado formal de trabalho, estão iniciando sua trajetória profissional destituídos de direitos fundamentais do trabalho, como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, previdência social, entre outros. (YACOUB; RIBEIRO, 2007, p. 144-145).

Outro fator que pode contribuir para o refluxo do espaço ocupacional do assistente social é a constante alusão e o incentivo, por parte de organismos internacionais, governos nacionais e organizações da sociedade civil, ao voluntariado.

Iglesias acrescenta outras questões pertinentes, como a

ampliação dos cargos genéricos, que contribui para a diluição das particularidades profissionais; o envolvimento de assistentes sociais, no exercício profissional, em atividades alheias à sua formação e às competências e atribuições privativas expressas na Lei que Regulamenta a Profissão (Lei 8.662/1993) e o crescimento da prática do trabalho voluntário, reconhecido e estimulado em todos os países pelos organismos internacionais e governos nacionais e que tem sido reconhecido no meio profissional como quesito para “adensar” o currículo, especialmente dos assistentes sociais recém-formados que ainda não possuem experiência profissional (2016, p. 6).

Ante o exposto, no que se refere à formação profissional, Iamamoto (2010) confere destaque na perspectiva de exigir rigor teórico-metodológico e acompanhamento da qualidade acadêmica da formação em Serviço Social. A autora demarca que a expansão vertiginosa e precarizada da formação universitária, sobretudo na modalidade

Educação a Distância (EAD), visando a ampliação da lucratividade das empresas educacionais, pode trazer o crescimento exponencial do contingente profissional, acarretando o aumento do desemprego nessa área, pressionando o piso salarial, estimulando a insegurança do trabalho e contribuindo para um processo de despolitização da categoria. Pode-se, ainda, levar à constituição de um perfil profissional impossibilitado de atender as competências e atribuições profissionais.

O processo de intensificação da formação universitária tem ampliado significativamente o contingente profissional, que passou de 82.021 assistentes sociais ativos cadastrados no Conselho da profissão em 2008 para 149.029 em 2014, registrando um crescimento de mais de 80% em seis anos³. O site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na seção “Perguntas Frequentes”, informa que o Brasil tem hoje, aproximadamente, 180 mil assistentes sociais. Na última década, houve uma descomunal expansão de ofertas de cursos de graduação em Serviço Social, tanto presenciais, quanto na modalidade EAD, como expressão do processo de mercantilização do ensino superior e entrega da educação ao capital financeiro, repercutindo na grande quantidade de profissionais formados. No ano de 2015, o Brasil possuía em funcionamento apenas 69 cursos públicos presenciais, 415 cursos privados presenciais e a assustadora quantidade de 2.241 polos de Educação a Distância. No estado de São Paulo, existem somente 2 cursos públicos de graduação em Serviço Social: um na cidade de Santos (UNIFESP) e outro em Franca (UNESP). O estado de São Paulo é o que mais oferta cursos, possuindo, ainda, 90 cursos privados presenciais e 652 polos EAD.

Iglesias reforça a hipótese de que

colada às atuais requisições da política social - minimalista e focalizada está a expansão de um projeto de formação profissional que não expressa as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e que tem como seu maior expoente a graduação à distância. Ao que parece, a descoberta do curso de Serviço Social como nicho de valorização relaciona-se a uma demanda do mercado de trabalho, no formato que adquire o enfrentamento das expressões da questão social pelo Estado e as classes na contemporaneidade. Não parece mera coincidência que a expansão da formação profissional em Serviço Social pela via do EaD venha acontecendo concomitante à desqualificação dos padrões de atendimento às expressões da questão social. [...] Sabe-se que a maior parte das vagas ofertadas para os cursos de Serviço Social tem ocorrido

³ Os dados quantitativos citados nesse parágrafo foram extraídos do Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A “virada” do Serviço Social brasileiro: ainda uma “intenção de ruptura?”” (2015), elaborada pelo então estudante de graduação Alex Gonçalves dos Santos, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Alves da Silva, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

através da graduação à distância. Observamos que a UNOPAR tem sido responsável, sozinha, pela oferta de 21150 vagas anuais para o curso de Serviço Social. Dados organizados pelo Conselho Federal de Serviço Social [...] indicam o crescimento do número de bacharéis formados à distância com registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e, conseqüentemente, devidamente habilitados para o exercício profissional. (2016, p. 9-10).

Ante o estudo empreendido até aqui, considerando as tendências para o mercado de trabalho em um contexto de capitalismo mundializado e de hegemonia neoliberal, bem como os rebatimentos da conjuntura macroeconômica para o Serviço Social (formação e trabalho profissional), elaboram-se alguns questionamentos: Qual o potencial do mercado de trabalho brasileiro para absorção dos jovens assistentes sociais? Quantos destes estão inseridos no mercado de trabalho? Qual o tipo de vínculo empregatício? É a estas questões e a outras correlatas que, a partir de uma pesquisa realizada com assistentes sociais recém-formados (com até cinco anos da data de conclusão da graduação), pretende-se elucidar.

A partir das considerações tecidas, busca-se compreender quais são as situações relativas à inserção (ou não) no mercado de trabalho do assistente social vivenciadas pelos recém-formados em Serviço Social, apresentando-se dados empíricos coletados através de uma pesquisa de campo realizada com 25 graduados em Serviço Social pela UNIFESP-BS em 2014. A forma de acesso aos sujeitos da pesquisa ocorreu a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa, por meio da aplicação de um questionário online, enviado por e-mail. O questionário esteve disponível para preenchimento por 10 dias. O e-mail enviado aos assistentes sociais recém-formados também esclareceu os objetivos da pesquisa, especificando que a resposta ao formulário seria considerada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), encaminhado em anexo.

O curso de graduação em Serviço Social da UNIFESP tem uma história recente, com início de suas atividades em março de 2009. É ministrado no Campus da Baixada Santista, nos períodos vespertino e noturno, com quatro anos de duração. É válido destacar que, no estado de São Paulo, é um dos dois cursos públicos de graduação em Serviço Social⁴. Para ingresso no referido curso, a UNIFESP adota o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza a nota obtida pelo interessado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os assistentes sociais que responderam ao questionário são

⁴ A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) oferta curso público de graduação em Serviço Social em Franca/SP.

representantes da terceira turma graduada em Serviço Social pela UNIFESP.

Em suma, considerando o universo analisado, constatou-se que:

- Os recém-formados em Serviço Social são, em sua maioria, mulheres, jovens (menos de 30 anos) e solteiras, confirmando a tendência histórica da categoria profissional ser composta, majoritariamente, por mulheres.
- O vínculo contratual que registrou maior porcentagem (47%) foi aquele regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O estudo revelou que todos os assistentes sociais celetistas atuam em instituições do Terceiro Setor que, em parceria com as Prefeituras Municipais, prestam serviços nas áreas da saúde e da assistência social, expressando um processo de terceirização das políticas públicas.

Reforçando a ideia de desresponsabilização do Estado, na perspectiva neoliberal, a contratação de organizações do Terceiro Setor para execução de serviços públicos integra o processo de contrarreforma do Estado, com a implantação de um modelo de gestão terceirizada como estratégia para redução de gastos com políticas sociais.

Para os trabalhadores terceirizados, essa modalidade de contratação indica a precarização das relações de trabalho e a perda de direitos historicamente conquistados. Se, antes, a norma para o assistente social era o exercício profissional como funcionário público, efetivo e estável, a tendência que agora se apresenta, pelo menos para o universo da presente pesquisa, é a de contratação por instituições do Terceiro Setor.

- Mais da metade dos pesquisados cursou ou está cursando pós-graduação em Programas de Residência Multiprofissional ou Aprimoramento Profissional. Esse alto índice demonstra que tais modalidades têm sido a primeira escolha para assistentes sociais que almejam o título de especialistas em saúde. Acredita-se que os principais motivos para esse fato sejam a concessão de auxílio financeiro e a possibilidade de ensino em serviço, tendo em vista que alguns empregadores exigem experiência para contratação e não consideram o estágio realizado na graduação como uma experiência profissional.

A hipótese de cursar pós-graduação também por questões financeiras é confirmada por meio do retorno fornecido à pergunta “Por que escolheu cursar essa pós-graduação?”, que admitia múltiplas respostas. O principal motivo apresentado é o aprimoramento do conhecimento em uma área específica (64,7%). O segundo (41,1%)

diz respeito à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que faz com que o profissional opte por uma pós-graduação que forneça alguma bolsa ou outro tipo de auxílio financeiro.

- Apesar de apresentarem naturezas distintas, levando em conta que o vínculo estabelecido com os Programas de Residência e de Aprimoramento efetiva-se pela condição de estudante-residente, podem-se tecer comparações entre estes e a modalidade de contratação e ampliação do número de funcionários por meio de trabalho temporário. Uma das principais polêmicas concernentes aos Programas de Residência é o uso institucional dos residentes como “mão de obra barata”, em substituição à contratação de profissionais estáveis/de carreira, com direitos trabalhistas consolidados.

- Considerando os cursos de especialização nas modalidades Residência Multiprofissional e Aprimoramento Profissional como experiência de atuação profissional, tem-se que quase a metade dos sujeitos da pesquisa (48%) estavam exercendo a profissão de assistente social em 3 meses ou menos, a partir da data da Colação de Grau. Contudo, desconsiderando a atuação em Programas de Residência e de Aprimoramento como efetivo trabalho profissional, os dados são significativamente alterados: o percentual de assistentes sociais que iniciaram efetivo trabalho profissional na área de formação até três meses após a obtenção do título de bacharel em Serviço Social cai para 20%, enquanto o número daqueles que não exerceram a profissão sobe para 36%.

- É relevante o índice de assistentes sociais (20%) que iniciaram o efetivo trabalho profissional entre 2 e 3 anos após a Colação de Grau (período em que puderam cursar uma pós-graduação), o que pode indicar que o título de especialista é um elemento facilitador da inserção no mercado de trabalho.

De maneira geral, os pesquisados apresentam um perfil profissional preocupado com a qualificação e com o aperfeiçoamento constante, investindo na própria capacitação: 12% dos respondentes possuem outra graduação (Imagem e Som, Geografia e História) e 68% já concluíram ou estão cursando alguma pós-graduação (em alguns casos, já finalizaram mais de uma pós-graduação).

É importante evidenciar que, mesmo que temporariamente excluídos do mercado de trabalho do assistente social, os recém-formados em Serviço Social se identificam com

a profissão escolhida, não havendo afastamento definitivo. Com exceção de uma bacharela que optou pela abertura de seu restaurante, nenhum dos graduados desistiu da área. Pelo contrário, o tempo e as energias estão sendo direcionados à educação permanente, visando assegurar futuro acesso ao trabalho na condição de assistente social. Exemplo desse processo é a bacharela em Serviço Social que está atuando como segurança no Metrô de São Paulo e, paralelamente, cursando Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

- Os jovens assistentes sociais têm enfrentado dificuldades para exercer o trabalho profissional imediatamente após a conclusão da graduação, recorrendo a diversas pós-graduações que forneçam algum auxílio financeiro e possibilitem a continuidade dos estudos. No entanto, os dados coletados podem sinalizar uma tendência preocupante: a possível constituição de um “exército acadêmico de reserva”, com a existência de profissionais altamente qualificados, mas recusados pelo mercado de trabalho.

Assim, pela constante busca pelo aperfeiçoamento, mas também por questões financeiras, haja vista a concessão de bolsas ou de outro tipo de auxílio por parte dos Programas de Residência, Aprimoramento e Mestrado, alguns profissionais cursam sucessivas pós-graduações, dedicando-se exclusivamente aos estudos e ficando à parte do mercado de trabalho propriamente dito. Vale mencionar que, no Brasil, sobretudo na área de Ciências Humanas, o pesquisador não é visto como um trabalhador. Enquanto exemplos desse processo, duas assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, podem ser citadas. A primeira cursou um Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde em 2015, Residência Multiprofissional em Saúde em 2016 e 2017 e, em 2018, iniciou Mestrado Acadêmico. A segunda, cursou Mestrado Acadêmico entre 2015 e 2016 e iniciou Residência Multiprofissional em 2017. Contudo, não foram aprovadas nos processos de seleção para o mercado de trabalho dos quais participaram, sendo consideradas, inclusive, muito qualificadas para as vagas disponíveis.

Quando indagados acerca das dificuldades encontradas para inserção no mercado de trabalho como assistente social, questão que admitia múltiplas respostas, a falta de concursos públicos e o salário abaixo do desejado foram mencionados a mesma quantidade de vezes, atingindo o percentual de 44,4% cada um.

- Há uma forte identificação dos profissionais com a área de formação escolhida,

evidenciada por meio da predileção pela área de Ciências Humanas e pela alta taxa de profissionais com registro ativo no CRESS (88%). A inscrição no Conselho indica que os recém-formados em Serviço Social exercem ou pretendem exercer a profissão de assistente social. Tem-se que a conclusão do curso é, de fato, associada à inserção no mercado de trabalho e não, apenas, à obtenção de um diploma.

- Mesmo aqueles que estão, temporariamente, excluídos do mercado de trabalho do assistente social, investem em aperfeiçoamento profissional constante, aplicando tempo e energia à educação permanente.

Os depoimentos evidenciaram tratar-se, no caso do grupo em apreço, de assistentes sociais notadamente identificados com a área profissional e acadêmica de Serviço Social e empenhados em investir na própria formação contínua e permanente, sendo expressivo o número daqueles que já realizaram ou estão realizando cursos de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*.

Contudo, e apesar da forte identificação dos profissionais com a área, um terço do universo analisado, três anos e meio após a data de conclusão da graduação, ainda não estava atuando enquanto assistente social. Ao considerar que aqueles profissionais inseridos em Programas de Residência e de Aprimoramento, que não constituem vínculo empregatício, ainda estão fora do mercado de trabalho do assistente social, o número torna-se ainda mais expressivo: metade dos pesquisados não estavam inseridos no mercado de trabalho do assistente social.

Considerações finais

Um longo caminho foi percorrido durante a construção e sistematização do estudo, que teve como objetivo chamar a atenção e pautar no debate profissional algumas questões vivenciadas por bacharéis em Serviço Social e assistentes sociais recém-formados, sobretudo no que tange à inserção no mercado de trabalho.

Uma das propostas da pesquisa é pautar, no debate profissional, a necessidade de discussões a respeito do mercado de trabalho do assistente social que envolvam universos de análise maiores, permitindo generalização. Considerando o tamanho da amostra, seria irresponsável afirmar que as tendências aqui apresentadas representam o processo em voga no que tange a todo o contingente de assistentes sociais no Brasil. No entanto, pode

indicar a urgência de estudos sobre a temática, considerando a conjuntura macroeconômica de precarização das relações e do contrato de trabalho e o crescente número de assistentes sociais formados a cada ano, a despeito da capacidade de absorção apresentada pelo mercado de trabalho.

Referências

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2010. 44p. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. [2.ed., 10.reimpr. ver. e ampl.]. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho)

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo : Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS: 2009.

BRAZ, Marcelo. “Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social”. **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de leis e resoluções. 3.ed. Rio de Janeiro, CRESS, 7ª Região, 2001.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampl. Brasília (DF): CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. 27. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IGLESIAS, Juliana. **A distância da educação**: reflexões para o Serviço Social brasileiro. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES, Brasil), 06 a 09 de junho de 2016.

MORAES, Josiane. **Trabalho e Cotidiano do Assistente Social: Desvendando um campo de mediações éticas na defesa dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, Módulo I, 1999.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade, n. 107**, São Paulo: Cortez, jul/set, 2011, p. 420-437.

SIMÕES, Carlos. Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 99**, p. 405-424, jul./set. 2009.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado; RIBEIRO, Luiz Cláudio. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 20, p. 140-151**, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/165/191>>. Acesso em: 01/05/2018.